

A COISA JULGADA NO TEMPO: DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 AO PROJETADO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Rennan Faria Krüger Thamay¹

Sumário: 1. Considerações iniciais. 2. O instituto da coisa julgada. 3. A coisa julgada no Código de Processo Civil de 1973. 4. A coisa julgada no novo Código de Processo Civil. 5. Considerações finais. 6. Referências bibliográficas

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS



importante tema da coisa julgada sempre mereceu, dos juristas, atenção destacada por ser tema de grande complexidade e de polêmicas.

Com a chegada de um novo Código de Processo Civil, muitas importantes mudanças no sistema jurídico-processual estão sendo implementadas, dentre elas, como não poderia ser diferente, pela alteração normativa, a coisa julgada.

Assim, estudar-se-á a *res iudicata* vindo desde os clássicos processualistas que trabalharam o tema até tempos hodiernos, encerrando-se o estudo com uma análise comparativa do Código de Processo Civil de 1973 e do novo Código de Processo Civil.

Com efeito, objetiva-se, neste ensaio, demonstrar a evolução teórico-normativa que sofreu o instituto da coisa julgada, importante ferramenta da manutenção da estabilidade e segu-

¹ Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa. Doutor em Direito pela PUC/RS e Università degli Studi di Pavia. Mestre em Direito pela UNISINOS e pela PUC Minas. Especialista em Direito pela UFRGS. É Professor do programa de graduação e pós-graduação (Doutorado, Mestrado e Especialização) da FADISP. Advogado, consultor jurídico e parecerista.

rança jurídica.

2. O INSTITUTO DA COISA JULGADA

A origem da coisa julgada² remonta à época da antiga Roma. Assim, pode-se observar no direito romano uma das fontes primárias e iniciais desse instituto. Refere Giuseppe Chiovenda que os romanos acabavam por observar o referido instituto, atribuindo-lhe certa importância em relação à condenação ou absolvição nela inserida, e não no poder de convencimento da decisão. Sendo que, para eles, existia, efetivamente, somente a coisa julgada material, aquela que reconhecia um bem da vida a um dos demandantes.³

A concepção de coisa julgada que os romanos empregavam está intimamente ligada à noção de segurança nas relações sociais.⁴

Sabe-se que a coisa julgada, em toda construção teórica elaborada, passou por diversos estágios que acabaram por dar uma determinada tendência ao instituto⁵. Observando os juris-

² Poder-se-iam discutir as raízes da coisa julgada, pois, para alguns, já havia resquícios deste instituto no direito babilônico, ou seja, cerca de 3.700 anos atrás. Por todos, NEIVA FENOLL, Jordi. *La cosa juzgada: el fin de un mito*. Problemas actuales del proceso iberoamericano. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación Provincial, 2006, p. 429 e ss. No mesmo sentido CABRAL, Antonio do Passo. *Coisa julgada e preclusões dinâmicas: entre continuidade, mudança e transição de posições processuais estáveis*. Salvador: Editora Juspodivm, 2013, p. 50.

³ “*Essi videro la importanza della res iudicata non nel ragionamento del giudice, ma nella condanna o nella assoluzione, cioè nella espressione della volontà del diritto nel caso concreto. Perciò essi non parlano di cosa giudicata se non riguardo alla sentenza di merito, la quale è quella che riconosce un bene della vita a una delle parti*”. CHIOVENDA, Giuseppe. *Principi di Diritto Processuale Civile*. Napoli: Casa Editrice E. Jovene, 1980, p. 907. Vicente Greco Filho, ao analisar a origem da *res iudicata*, também aponta que a coisa julgada veio da tradição romana, em que a sentença era a própria coisa julgada, ou a coisa julgada o próprio objeto litigioso definitivamente decidido. GRECO FILHO, Vicente. *Direito processual civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1981, p. 231.

⁴ CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil: os conceitos fundamentais – a doutrina das ações*. v.1. São Paulo: Saraiva, 1965, p. 370.

⁵ Toda essa compreensão se dá naturalmente porque o direito é um produto criado

tas da Idade Média, torna-se perceptível a visão de que o fundamento da autoridade da coisa julgada estava postada na *presunção de verdade* contida na sentença, sendo base para essa compreensão a filosofia escolástica que tinha como finalidade do processo a busca da verdade.⁶

Nesse sentido, Ulpiano⁷ sustentou que a coisa julgada vale como verdade⁸ (*res iudicata pro veritate habetur*), tratando-a como uma presunção, pois, o que havia sido decidido pelo juiz equivaleria à verdade dos fatos e da vida.⁹

Postura similar foi adotada por Robert Joseph Pothier¹⁰,

pelo homem e para o homem. Assim, com essa compreensão, vem Darci Ribeiro com arrimo em Radbruch e Díez-Picazo, além de outros tantos autores trazidos pelo referido autor. Nesse sentido, vale conferir RIBEIRO, Darci Guimarães. *Da tutela jurisdicional às formas de tutela*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 17 e ss.

⁶ Nesse viés, Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda assevera que essa teoria foi adotada por Pothier, explicando que a presunção de verdade para o autor era *júri et de jure*. PONTES DE MIRANDA. Francisco Cavalcanti. *Comentários ao código de processo civil*. t. V. Rio de Janeiro: Forense, 1974, p. 140 e ss.

⁷ Sérgio Gilberto Porto afirma que "*Dessa forma, por exemplo, fundados em textos de Ulpiano, juristas da idade média identificavam a autoridade da coisa julgada na presunção de verdade contida na sentença. Com efeito, para eles, a finalidade do processo era a busca da verdade; contudo tinham ciência de que nem sempre a sentença reproduzia a verdade esperada. Porém, não seria por essa circunstância que a sentença - embora injusta, eis que em desacordo com a verdade real - deixaria de adquirir autoridade de coisa julgada. Assim, diante da impossibilidade de afirmar que a sentença sempre representava a verdade material, encontravam na ideia de presunção de verdade (res iudicata pro veritate habetur) o fundamento jurídico para a autoridade da coisa julgada*". PORTO, Sérgio Gilberto. *A coisa julgada civil*. 4. ed. rev. atual. e ampl. com notas do Projeto de Lei do Novo CPC. São Paulo: RT, 2011, p. 53.

⁸ Por sua vez, Egas Dirceu Moniz de Aragão aduz que "*A principal espécie de presunção iuris et de iure é a que nasce da autoridade da coisa julgada.(...) Autoridade da coisa julgada faz presumir verdadeiro e justo o conteúdo da sentença, sendo essa presunção iuris et de iure, exclui toda outra prova.(...) Assim, como o julgamento pode representar a verdade presume-se que a sentença represente sempre 'a verdade' de coisa julgada constitui, portanto, uma presunção de verdade*". ARAGÃO, Egas Dirceu. *Sentença e coisa julgada*. Rio de Janeiro: Aide, 1992, p. 205.

⁹ COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos do direito processual civil*. Tradução de Benedicto Giacobini. Campinas: RED Livros, 1999, p. 330.

¹⁰ POTHIER, Robert Joseph. *Traité des obligations, selon les règles, tant du for de*

que entendia a coisa julgada a partir de uma presunção absoluta (*iuris et de iure*) em favor do conteúdo da sentença, sendo a postura que influenciou o Código Napoleônico, como se pode ver do Art. 1350¹¹, influenciando vários ordenamentos jurídicos.

Outra teoria que perpassou pela construção da coisa julgada foi a da *ficção da verdade*, de Friedrich Carl von Savigny¹², em que se atribuía à sentença uma verdade fictícia, fazendo com que a sentença viesse a possuir autoridade de coisa julgada¹³, gerando-se, dessa forma, maior estabilidade e segurança nas relações jurídicas.¹⁴

Essa teoria teve, ao seu tempo, repercussão e relevância.

la conscience, que du for extérieur. t. II, Paris: Letellier, 1813, p. 256-283.

¹¹ "Art. 1350. *La présomption légale est celle qui est attachée par une loi spéciale à certains actes ou à certains faits ; tels sont : 1° Les actes que la loi déclare nuls, comme présumés faits en fraude de ses dispositions, d'après leur seule qualité ; 2° Les cas dans lesquels la loi déclare la propriété ou la libération résulter de certaines circonstances déterminées ; 3° L'autorité que la loi attribue à la chose jugée ; 4° La force que la loi attache à l'aveu de la partie ou à son serment.*p.224 1351 Code civil Section 5 : Du serment.

Art. 1351. *L'autorité de la chose jugée n'a lieu qu'à l'égard de ce qui a fait l'objet du jugement. Il faut que la chose demandée soit la même ; que la demande soit fondée sur la même cause ; que la demande soit entre les mêmes parties, et formée par elles et contre elles en la même qualité."*

¹² COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos do direito processual civil*. Tradução de Benedicto Giacobini. Campinas: RED Livros, 1999, p. 408. Para quem conhece a língua alemã relevante conferir SAVIGNY, Friedrich Carl von Savigny. *System des heutigen römischen rechts*. v. V, Berlin: Veit & Comp, 1840.

¹³ Sérgio Gilberto Porto afirma que "*De seu torno, a teoria da ficção da verdade teve em Savigny seu elaborador - a exemplo da teoria da presunção da verdade -, partiu ele da constatação de que também as sentenças injustas adquiriam autoridade de coisa julgada. Dessa forma, aduzia que a sentença se constituía em mera ficção da verdade, uma vez que a declaração nela contida nada mais representava do que uma verdade aparente, nessa medida produzia uma verdade artificial. E, em assim sendo, na realidade, reduzia-se a uma ficção"*. PORTO, Sérgio Gilberto. *A coisa julgada civil*. 4. ed. rev. atual. e ampl. com notas do Projeto de Lei do Novo CPC. São Paulo: RT, 2011, p. 54.

¹⁴ Sobre essa formulação de Savigny, vale conferir REZENDE FILHO, Gabriel Jose Rodrigues de. *Curso de direito processual civil*. v. 3. São Paulo: Saraiva, 1951, p. 56.

Posteriormente, pode ser observada a teoria da *força legal, substancial, da sentença*¹⁵, de Max Pagenstecher¹⁶, sendo entendimento desse autor que toda sentença, por mais que meramente declaratória, cria direito, sendo, por essa razão, constitutiva de direito.¹⁷

Assim, para essa teoria, toda sentença, incluindo-se a declaratória, deve ser constitutiva de direitos, ligando-se a esse elemento a sua característica força legal substancial que cria a certeza jurídica¹⁸.

De matriz alemã, vem a teoria da *eficácia da declaração* que foi defendida por Konrad Hellwig¹⁹, Binder, Stein e outros tantos, que fundamentava a autoridade da coisa julgada na eficácia da declaração de certeza contida na sentença²⁰. De tal modo, para os autores, a certeza do direito restaria posta na

¹⁵ Sobre esta teoria, muito relevante para sua época, pode-se conferir COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos do direito processual civil*. Tradução de Benedicto Giacobini. Campinas: RED Livros, 1999, p. 409.

¹⁶ Para quem leia a língua alemã, vale conferir a doutrina da *res iudicata* de PAGENSTECHER, Max. *Zur Lehre von der materiellen Rechtskraft*. Berlin: Franz Vahlen, 1905. No Brasil, pode-se conferir PORTO, Sérgio Gilberto. *A coisa julgada civil*. 4. ed. rev. atual. e ampl. com notas do Projeto de Lei do Novo CPC. São Paulo: RT, 2011, p. 54.

¹⁷ Sobre essa teoria, conferir SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras linhas de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva, 1989-1992, p. 47.

¹⁸ Assim refere Celso Neves que "*Assente no pressuposto de que toda sentença, inclusive a declaratória, deve ser, sempre, constitutiva de direitos, ligando-se a esse elemento a sua força legal substancial, criadora da certeza que jurídica*". NEVES, Celso. *Contribuição ao estudo da coisa julgada civil*. São Paulo: RT, 1970, p. 333. Finaliza Moacyr Amaral Santos aduzindo que "*(...) o fundamento da coisa julgada está no direito novo, por força de lei criada pela sentença. A sentença, pelo seu trânsito em julgado, atribui ao direito novo (direito substancial), por ela criado, força de lei*". SANTOS, Moacyr Amaral. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1976, p. 464.

¹⁹ Sobre esta teoria, para quem leia alemão, coerente conferir HELLWIG, Konrad. *Wesen und subjektive begrenzung der rechtskraft*. Leipzig: A. Deichert, 1901. No Brasil, dentre outros autores, a teoria pode ser conferida em PORTO, Sérgio Gilberto. *A coisa julgada civil*. 4. ed. rev. atual. e ampl. com notas do Projeto de Lei do Novo CPC. São Paulo: RT, 2011, p. 54.

²⁰ COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos do direito processual civil*. Tradução de Benedicto Giacobini. Campinas: RED Livros, 1999, p. 409.

declaração contida na sentença, visto que declaração de certeza produz eficácia de impor às partes, bem como ao juiz²¹ que proferiu a sentença e aos demais juízes a observância da declaração²².

Essa teoria tem comprometimento com o que fora decidido e declarado na sentença, não como meio de criação do direito, mas, sim, como forma de declaração que gera certeza do direito²³.

Com efeito, imperiosa referência à teoria da *extinção da obrigação jurisdicional* que foi construída por Ugo Rocco²⁴, partindo da premissa de que o conceito de sentença e, pois, de coisa julgada, prende-se, natural e necessariamente, aos conceitos de ação²⁵ e jurisdição.²⁶ A coisa julgada²⁷ é, na-

²¹ Sobre a posição do Juiz frente à norma jurídica, conferir MENDEZ, Francisco Ramos. *Derecho y proceso*. Barcelona: Libreria Bosch, 1979, p. 193 e ss.

²² NEVES, Celso. *Contribuição ao estudo da coisa julgada civil*. São Paulo: RT, 1970, p. 335-336.

²³ Com efeito, Celso Neves, ao estudar a teoria encabeçada por Konrad Hellwig, afirma que "*O conteúdo declaratório das sentenças passadas em julgado não tem nenhuma influência sobre as relações jurídicas substanciais que, em caso de erro na declaração judicial, permanecem o que são; o único efeito que se produz é um direito processual daqueles para os quais a sentença tenha efeito, em face dos órgãos jurisdicionais, direito esse à observância daquilo que foi declarado, uma correspondente obrigação desses órgãos de respeitar a precedente declaração contida em uma sentença passada em julgado*". NEVES, Celso. *Contribuição ao estudo da coisa julgada civil*. São Paulo: RT, 1970, p. 336-337.

²⁴ ROCCO, Ugo. *Trattato di diritto processuale civile*. v. II. Torino: Utet, 1957, p. 306-308. Também conferir obra de Ugo Rocco totalmente dedicada ao tema ROCCO, Ugo. *L'autorità della cosa giudicata e i suoi limiti soggettivi*. Tomo I. Roma: Athaenium, 1917, p. 29-187. Também pode ser conferido o estudo de PORTO, Sérgio Gilberto. *A coisa julgada civil*. 4. ed. rev. atual. e ampl. com notas do Projeto de Lei do Novo CPC. São Paulo: RT, 2011, p. 54.

²⁵ Defendendo a ação como uma garantia constitucional, vem o autor Osvaldo Gozaíni. GOZAÍNI, Osvaldo A. *La conducta en el proceso*. La Plata: LEP, 1988, p. 13 e ss.

²⁶ Há um direito à jurisdição, assim como refere o autor argentino Osvaldo Gozaíni. Idem, p. 19 e ss. Tem relação com a jurisdição a chamada tutela diferenciada. Pequena chamada ao leitor que tenha interesse em conhecer as tutelas diferenciadas que são frequentemente estudadas na Argentina, onde existem ações que são tuteladas e procedidas de forma diferenciada, seja por seu grau de urgência ou relevância, conferir BERIZONCE, Roberto Omar. *Aportes para una justicia más transpa-*

turalmente, um fenômeno processual e precisa, por isso, ser estudada em conjunto com a ação, jurisdição²⁸ e sentença, por restarem intimamente interligadas.

Para essa teoria, a sentença é o ato do processo, utilizado pelo Estado, para declarar o direito aplicável à espécie presutando sua obrigação jurisdicional. Estando a obrigação jurisdicional satisfeita, extingue-se, por conseguinte, o direito de ação. Estando extintos o direito de ação e a obrigação jurisdicional, a relação de direito material não poderá mais ser rediscutida, produzindo, consequentemente, a coisa julgada.

Como comenta Moacyr Amaral Santos²⁹, o ponto-chave desta teoria restaria no fundamento de que a coisa julgada resultaria da extinção da obrigação jurisdicional, o que importa também na extinção do direito de ação³⁰, já que esse direito de agir já foi utilizado e, dessa manifestação, restou a sentença e a formação de coisa julgada, que encerrou o direito de discutir mais uma vez a questão, tornando-se imutável e estável a decisão.

Em relação à teoria da *vontade do Estado*, que teve

rente. Roberto Omar Berizonce Coordenador, ... [et. al.]. La Plata: LEP, 2009, p. 23 e ss.

²⁷ Há forte ligação entre a coisa julgada material e garantia fundamental da tutela jurisdicional efetiva. Nesse sentido, BERNAL. Francisco Chamorro. *La tutela judicial efectiva*. Barcelona: Bosch, NA, p. 297. “*El principio de la cosa juzgada material está conectado con el derecho fundamental a la tutela judicial efectiva, ya que no es posible reabrir un proceso resuelto por sentencia firme*”.

²⁸ Sobre jurisdição, deve-se observar SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Comentários ao código de processo civil*. v. 1, São Paulo: RT, 2000, p. 17-19. Importante corte é feito pelo autor em relação ao normativismo e a jurisdição declaratória em seu último livro, que foi escrito antes de seu falecimento. SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Epistemologia das ciências culturais*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2009, p. 75 e ss.

²⁹ SANTOS, Moacyr Amaral dos. *Primeiras linhas de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva, 1989-1992 p. 49.

³⁰ Sobre a doutrina civilista da ação, em relação à teoria clássica, bem como às teorias modernas, da autonomia da ação, importante conferir GOZAÍNI, Osvaldo A. *Teoría general del derecho procesal*: jurisdicción, acción y proceso. Buenos Aires: Sociedad EDIAR, 1996, p. 34-39.

Giuseppe Chiovenda³¹ como defensor, observa-se como grande fundamento da coisa julgada a própria vontade do Estado,³² que dota de autoridade a decisão do magistrado, fazendo com que essa decisão não seja uma mera manifestação sem maiores poderes e obrigatoriedade. Assim sendo, a sentença, por ser ato de vontade do Estado, tem essa força obrigatória e não é um mero posicionamento de um jurisconsulto.

Através de todos esses aportes da coisa julgada, passando pelas teorias que sobre o instituto se puseram, abrange-se a diversas formações e compreensões da *res iudicata*, chegando às construções de Giuseppe Chiovenda,³³ que tratou pela primeira vez da matéria em dezembro de 1905, em Napoli, onde asseverou que a coisa julgada consistia na indiscutibilidade da existência da vontade concreta da lei³⁴ afirmada.³⁵

Para Giuseppe Chiovenda, a coisa julgada era caracterizada por meio da sentença que expressava, ou era resultado,

³¹ CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. 2. ed., v. I, São Paulo: Bookseller, 2002, p. 7 e ss.

³² O Estado tem como um de seus requisitos mais forte a soberania, que deve ser respeitada por outros Estados para que não cheguemos, mais uma vez, a ponto de guerra. Sobre a soberania, vale conferir FERRAJOLI, Luigi. *A soberania no mundo moderno*. Tradução de Carlos Coccioli, Márcio Lauria. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 1 e ss.

³³ “[...] inspirado na obra de Bulow, Chiovenda empreendeu uma série de pesquisas sobre a preclusão, sua natureza, fins efeitos. Isolou o instituto, despiu-o do caráter penal, distingui-o da coisa julgada material, caracterizando precisamente os dois conceitos”. Nesse sentido BARBI, Celso Agrícola. Da preclusão no processo civil. *Revista dos tribunais*. São Paulo: RT, n.158, p. 59.

³⁴ A norma pode ser compreendida como forma de expressão clara da ideologia que se carrega em uma determinada sociedade. Assim vejamos John Merryman na obra MERRYMAN, John Henry. *La tradición jurídica romano-canónica*. Traducción de Eduardo L. Suárez. Ciudad de México: Fondo de cultura económica, 1997, p. 60. “Pero si no consideramos la codificación como una forma, sino como la expresión de una ideología, y si tratamos de entender esa ideología y por qué encuentra expresión en la forma de un código, veremos que tiene sentido hablar de los códigos en el derecho comparado”.

³⁵ “Consiste nell’indiscutibilità della esistenza della volontà concreta di legge affermata”. Vide CHIOVENDA, Giuseppe. *Principi di Diritto Processuale Civile*. Napoli: Casa Editrice E. Jovene, 1980, p. 906.

de um ato de vontade do Estado³⁶ por meio do Poder Judiciário, estando de acordo com a vontade declarada normativamente.³⁷ Para ele, o juiz, portanto, enquanto razoa, não representa o Estado, representando-o enquanto lhe afirma a vontade. Assim, a sentença é unicamente afirmação ou negação de uma vontade do Estado que garanta a alguém um bem de vida no caso concreto, e só a isto se pode entender como autoridade do julgado.³⁸

Deste modo, através de toda a construção da coisa julgada, como instituto jurídico, influenciado pela realidade romana em que a coisa julgada representava certeza e estabilidade social que possibilitava o gozo, de forma relativamente tranquila, de direitos, foi que na sociedade pós-moderna³⁹ bus-

³⁶ PORTO, Sérgio Gilberto. *A coisa julgada civil*. 4. ed. rev. atual. e ampl. com notas do Projeto de Lei do Novo CPC. São Paulo: RT, 2011, p. 55 e ss.

³⁷ CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. 2. ed., v. I, São Paulo: Saraiva, 1969, p. 369 e ss.

³⁸ “O juiz, portanto, enquanto razoa, não representa o Estado; representa-o enquanto lhe afirma a vontade. A sentença é unicamente afirmação ou negação de uma vontade do Estado que garanta a alguém um bem de vida no caso concreto; e só a isto se pode entender como autoridade do julgado(...)” CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. 2. ed., v. I, São Paulo: Saraiva, 1969, p. 372.

³⁹ Sabe-se que o Estado brasileiro sequer passou pelo estado social, assim como outros países, neste sentido, ver GARCÍA-PELAYO, Manuel. *As transformações do estado contemporâneo*. Tradução de Agassiz Almeida Filho, Rio de Janeiro: Forense, 2009. Sobre a ideia de ser o nosso Estado pós-moderno vejamos: CHEVALLIER, Jacques. *O Estado pós-moderno*. Tradução de Marçal Justen Filho, Belo Horizonte: Forum, 2009, p. 24 e ss; BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 7 e ss; JAYME, Erik. *Cours général de droit international privé*, In recueil des cours, Académie de droit international, t, 251, 1997, p. 36-37; LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: Olympio Editora, 1986; KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997; HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992; VATTIMO, Gianni. *O Fim da Modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*, Lisboa: Editorial Presença, 1987; SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

Sobre a troca paradigmática da modernidade para a pós-modernidade, vale conferir KAUFMANN, Arthur. *La filosofía del derecho en la posmodernidad*. Traducción

cou os fundamentos para então chegar hoje à ideia de segurança jurídica,⁴⁰ passando também pelas contribuições de Francesco Carnelutti⁴¹ e Enrico Tullio Liebman.⁴²

Observando Enrico Tullio Liebman, percebe-se a sua preocupação em distinguir a eficácia da autoridade da coisa julgada. Para ele, a autoridade da *res iudicata* não é efeito da sentença, como postura da doutrina da época, mas, sim, modo de manifestar-se e produzir-se dos efeitos da própria sentença, algo que a esses efeitos se ajunta para qualificá-los e reforçá-

de Luis Villar Borda. Santa Fe de Bogotá: Editorial Temis S.A, 1992, p. 5 e ss.

Entretanto, vale referir que existe corrente, forte e respeitada, no sentido de que acabamos por vivenciar uma modernidade tardia, e não, efetivamente, a pós-modernidade, sendo nesse sentido STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito*. 5. ed., rev. atual., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 25.

Para outros autores, o que existe é uma hipermodernidade. Nesse sentido, conferir LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004, p. 51 e ss.

⁴⁰ Em vista disso, observando as ponderações de Cícero, no sentido de que na coisa julgada é que repousaria a estabilidade estatal é que vale conferir a obra REZENDE FILHO, Gabriel Jose Rodrigues de. *Curso de direito processual civil*. v. 3. São Paulo: Saraiva, 1951, p. 54. A segurança jurídica acaba por ser a forma de obtenção de paz social, assim como afirma o autor gaúcho Darci Ribeiro na obra RIBEIRO, Darci Guimarães. *La pretensión procesal y La tutela judicial efectiva*. Barcelona: J.M.Bosch editor, 2004, p. 35.

⁴¹ Francesco Carnelutti tem opinião diversa da de Giuseppe Chiovenda, por compreender que o comando da sentença pressupõe o comando existente na lei, não fazendo a coisa julgada uma lei paralela como pretendia Giuseppe Chiovenda. In BOMFIM JÚNIOR, Carlos Henrique de Moraes. [et al.] *O ciclo teórico da coisa julgada*: de Chiovenda a Fazzalari. Coord. Rosemíro Pereira Leal. Belo Horizonte: Del Rey, 2007, p. 260. Ademais, vale observar que “[...] a eficácia da decisão se expressa antes de tudo, com a imperatividade (que representa tão apenas a projeção da vontade do juiz); [...] A imperatividade da decisão é chamada também coisa julgada [...]. Em caso de transgressão da sentença, atuarão as sanções como se estivesse se estabelecido pela lei”. CARNELUTTI, Francesco. *Sistema de direito processual civil*. v. I, São Paulo: Editora ClassicBook, 2000, p. 412-415.

⁴² Para Enrico Tullio Liebman, que foi discípulo de Giuseppe Chiovenda e que com sua vinda para o Brasil fundou a Escola Paulista, a coisa julgada não é um efeito da sentença, mas, sim, uma qualidade especial da sentença. Nesse sentido, conferir LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença*. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1981, p. 46-47.

los em sentido bem determinado.⁴³

Aduz ainda, com firmeza, o autor que a autoridade da coisa julgada *"não é efeito da sentença, mas uma qualidade, um modo de ser e de manifestar-se dos seus efeitos, quaisquer que sejam, vários e diversos, consoante as diferentes categorias das sentenças."*⁴⁴

Pode-se dizer que para Enrico Tullio Liebman a coisa julgada era, em suma, a imutabilidade do comando decisório, distinguindo-a dos efeitos da sentença.

As influências de Enrico Tullio Liebman no Brasil são visíveis em relação a todo o Direito Processual Civil, quanto mais em relação à coisa julgada que foi por ele particularmente estudada, levando em conta certamente as lições de seu mestre Giuseppe Chiovenda.

Todavia, mesmo as suas considerações, por mais relevantes que fossem, não passaram ilesas na doutrina brasileira. Reconhece-se em Enrico Tullio Liebman o mérito de perceber que a coisa julgada não é efeito da sentença, mais, sim, qualidade que a estes efeitos se ajunta⁴⁵.

O processualista italiano foi estudado José Carlos Barbosa Moreira que a partir de Enrico Tullio Liebman complementou e esclareceu a temática, dando nova conotação ao instituto.

Observando-se o posicionamento de Enrico Tullio Liebman, e sua construção, José Carlos Barbosa Moreira constrói verdadeiro adendo à teoria do processualista italiano ao concluir que os efeitos das sentenças estão sujeitos à mudança,

⁴³ *"Não é efeito da sentença, como postura da doutrina unânime, mas sim modo de manifestar-se e produzir-se dos efeitos da própria sentença, algo que a esses efeitos se ajunta para qualificá-los e reforçá-los em sentido bem determinado.(...)"*. LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença*. Tradução de Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. Rio de Janeiro: Forense, 1945, p. 36.

⁴⁴ LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença*. Tradução de Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. Rio de Janeiro: Forense, 1945, p. 16.

⁴⁵ LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença*. Tradução de Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981, p. 40 e ss.

razão pela qual tal qualidade, referida por Enrico Tullio Liebman, não poderia acobertar a sentença e seus efeitos com a coisa julgada, mas, somente, o conteúdo da decisão.⁴⁶

Com efeito, o processualista fluminense concorda com a distinção da eficácia da sentença com a autoridade da coisa julgada, assim como Enrico Tullio Liebman, mas distingue-se deste ao pensar que a imutabilidade não atinge aos efeitos da decisão, mas, sim, ao seu conteúdo, não se limitando ao elemento declaratório⁴⁷.

Entende José Carlos Barbosa Moreira que a coisa julgada deve proteger e preservar a modificação jurídica operada, não o mero direito de promovê-la, reconhecido ao autor.⁴⁸ O processualista aduz que a imutabilidade consequente ao trânsito em julgado reveste o conteúdo da sentença e não os seus efeitos. Para ele, reveste-se todo o conteúdo decisório. Deixa de fora a motivação, como a solução dada pelo juiz a cada uma das questões de fato e de direito, e mesmo a das questões prejudiciais (CPC, art. 469, II e III). Não deixa fora, todavia, os elementos do *decisum* de natureza não puramente declaratória.⁴⁹ Assim, para José Carlos Barbosa Moreira, a imutabili-

⁴⁶ MOREIRA, José Carlos Barbosa. Eficácia da sentença e autoridade da coisa julgada. *Revista de processo*, ano IX, n. 34 abr-jun, 1984, 273-279.

⁴⁷ Nasce, aqui, a divergência com Ovídio A. Baptista da Silva. Diferentemente do que fora afirmado por Ovídio A. Baptista da Silva, José Carlos Barbosa Moreira sustenta que a autoridade da coisa julgada envolve todo o conteúdo decisório e não somente o declaratório. “(...) ao nosso ver o que se coloca sob o pálio da incontestabilidade, com referência à situação existente ao tempo em que a sentença foi prolatada não são os efeitos, mas a própria sentença, ou mais precisamente, a norma jurídica concreta nela contida”. MOREIRA, José Carlos Barbosa. Eficácia da sentença e autoridade da coisa julgada. *Ajuris*. Porto Alegre, n. 28, jul., 1983, p. 27.

⁴⁸ “Se constitutiva a sentença, o que importa preservar é justamente a modificação jurídica operada, não o mero direito de promovê-la, reconhecido ao autor”. MOREIRA, José Carlos Barbosa. Coisa julgada e declaração. *Temas de direito processual*. 1º série. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 1988, p. 83.

⁴⁹ “A imutabilidade consequente ao trânsito em julgado reveste, em suma, o conteúdo da sentença, não os seus efeitos. Reveste-se, convém frisar, todo o conteúdo decisório. Deixa de fora a motivação, como a solução dada pelo juiz a cada uma

de reveste todo o conteúdo decisório e não apenas o elemento declaratório. Se a sentença é constitutiva, não se poderá contestar que a modificação se operou, muito embora possa cessar ou alterar-se a situação constituída pela sentença.⁵⁰

Destarte, realmente existem diversas construções doutrinárias, referentes aos limites objetivos da coisa julgada⁵¹, partindo dos ensinamentos de Enrico Tullio Liebman. Sob essa influência, a coisa julgada foi concebida no Brasil.

3. A COISA JULGADA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973

O Código de Processo Civil de 1973 normatiza a coisa julgada a partir da teoria de Enrico Tullio Liebman⁵², em tese,

das questões de fato e de direito, e mesmo a das questões prejudiciais (CPC, art. 469, II e III). Não deixa fora, entretanto, os elementos do decum de natureza não puramente declaratória." MOREIRA, José Carlos Barbosa. Eficácia da sentença e autoridade da coisa julgada. *Ajuris*. Porto Alegre, n. 28, jul., 1983, p. 30.

⁵⁰ Para deixar clara a opção doutrinária de José Carlos Barbosa Moreira, afastando a posição de Ovídio A. Baptista da Silva, diz o autor que "*A imutabilidade reveste todo o conteúdo decisório, e não apenas o elemento declaratório. Se a sentença, por exemplo, é constitutiva, não se poderá contestar que a modificação se operou, muito embora possa cessar ou alterar-se a situação constituída pela sentença*". MOREIRA, José Carlos Barbosa. Eficácia da sentença e autoridade da coisa julgada. *Ajuris*. Porto Alegre, n. 28, jul., 1983, p. 30.

⁵¹ Destacando-se para esta observação a obra de Thereza Alvim, confira-se: ALVIM, Thereza. *Questões prévias e limites objetivos da coisa julgada*. São Paulo: RT, 1977, p. 43 e ss.

⁵² Para Enrico Tullio Liebman, que foi discípulo de Giusepp Chiovenda e que com sua vinda para o Brasil fundou a Escola Paulista, a coisa julgada não é um efeito da sentença, mas, sim, uma qualidade especial da sentença. Nesse sentido, conferir LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença*. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1981, p. 46-47. Observando Enrico Tullio Liebman, percebe-se a preocupação do autor em distinguir a eficácia da autoridade da coisa julgada. Para ele, a autoridade da *res iudicata* não é efeito da sentença, como postura da doutrina da época, mas, sim, modo de manifestar-se e produzir-se dos efeitos da própria sentença, algo que a esses efeitos se ajunta para qualificá-los e reforçá-los em sentido bem determinado. Assim refere o processualista italiano: "*Não é efeito da sentença, como postura da doutrina unânime, mas sim modo de manifestar-se e produzir-se dos efeitos da própria sentença, algo que a esses efeitos se ajunta para*

muito embora em muitos aspectos acabe adotando posições que não são, realmente, consequentes do pensamento do processualista Italiano.

Justifique-se a influência de Enrico Tullio Liebman pelo fato de ter este vindo a morar em São Paulo, lecionando na Universidade de São Paulo, sendo professor de Alfredo Buzaid, autor do Código de Processo Civil de 1973. A *res iudicata* está disposta, nesse código, a partir do art. 467.

Far-se-á, então, uma análise comparativa daquilo que hoje vige e das mudanças que, possivelmente, serão produzidas em face da nova codificação.

Com efeito, denomina-se coisa julgada material a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário, assim como prevê o Art. 467 do Código de Processo Civil atual. Percebe-se que o Código buscou inspiração na construção de Enrico Tullio Liebman, pois, este observa a *res iudicata* não como efeito, mais como uma qualidade que torna todos os efeitos imutáveis e indiscutíveis.

De fato, esta é uma das vertentes da coisa julgada, que, como já alertado, sofreu de dura crítica de José Carlos Barbosa Moreira⁵³, compreendendo que a *res iudicata* é a qualidade que

qualificá-los e reforçá-los em sentido bem determinado.(...)". LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença*. Tradução de Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. Rio de Janeiro: Forense, 1945, p. 36. Aduz ainda, com firmeza, o autor que a autoridade da coisa julgada "*não é efeito da sentença, mas uma qualidade, um modo de ser e de manifestar-se dos seus efeitos, quaisquer que sejam, vários e diversos, consoante as diferentes categorias das sentenças*." LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença*. Tradução de Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. Rio de Janeiro: Forense, 1945, p. 16.

⁵³ Com efeito, José Carlos Barbosa Moreira concorda com a distinção da eficácia da sentença com a autoridade da coisa julgada, assim como Enrico Tullio Liebman, mas distingue-se deste ao pensar que a imutabilidade não atinge aos efeitos da decisão, mas, sim, ao seu conteúdo, não se limitando ao elemento declaratório. Observando o posicionamento de Enrico Tullio Liebman, e sua construção, José Carlos Barbosa Moreira constitui verdadeiro adendo à teoria do processualista italiano ao concluir que os efeitos das sentenças estão sujeitos à mudança, razão por que tal qualidade, referida por Enrico Tullio Liebman, não poderia acobertar a

se agrega aos efeitos para tornar imutável e, consequentemente, indiscutível o conteúdo decisório da sentença.

Com efeito, deve-se observar que o dispositivo acaba confundindo a coisa julgada material com a coisa julgada formal, por não pontuar as distinções. A coisa julgada pode ser dividida em material e formal, o que faz parcela da doutrina, muito embora se acredite, neste ensaio, que a coisa julgada, como imutabilidade do conteúdo decisório, só pode ser a substancial, pois, dotada de tal qualidade.⁵⁴

A suposta coisa julgada formal, em verdade, não passa

sentença e seus efeitos com a coisa julgada, mas, somente, o conteúdo da decisão. MOREIRA, José Carlos Barbosa. Eficácia da sentença e autoridade da autoridade da coisa julgada. *Revista de processo*, ano IX, n. 34 abr-jun, 1984, 273-279.

⁵⁴ Partindo de Ugo Rocco, na Itália, alerta-se que o conceito de coisa julgada formal é inútil, pois algo que se amolda à preclusão e não à coisa julgada. Nesse aspecto, refere o autor que “*crediamo che tale distinzione sia priva di qualunque utilità e che, anzi, invece di chiarire i concetti serva a confonderli; dato infatti, che nell’attuale sistema legislativo, la forza obbligatoria e unicamente inerente alla sentenza inoppugnabile, si potrà al massimo dire, che la inoppugnabilità della sentenza costituisce un presupposto formale (e non il solo) dell’autorità della cosa giudicata della sentenza.*” ROCCO, Ugo. *L’autorità della cosa giudicata e i suoi limiti soggettivi*. Tomo I. Roma: Athaeneum, 1917, p. 06-07. No mesmo sentido, conferir: BARBI, Celso Agrícola. Da preclusão no processo civil. *Revista Forense*, 158, 1955, p. 62 e ss. MARCATO, Antônio Carlos. Preclusões: limitação ao contraditório? *Revista de Direito Processual Civil*, n. 17, 1980, p. 110. Um dos autores que sustenta esta posição, inclusive diferenciando coisa julgada formal de preclusão, é Ovídio A. Baptista da Silva, aduzindo que: “*A esta estabilidade relativa, através da qual, uma vez proferida a sentença e esgotados os possíveis recursos contra ela admissíveis, não mais se poderá modificá-la na mesma relação processual, dá-se o nome de coisa julgada formal, por muitos definida como preclusão máxima [...].*” SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. *Teoria geral do processo civil*. 3. ed., São Paulo: RT, 2002, p. 484. Igualmente, Egas Dirceu Moniz de Aragão aduz que a denominação *coisa julgada formal* chega a ser contraditória, pois, se a coisa está julgada e por isso se fala em *res iudicata* (coisa julgada), é inadmissível utilizar a locução para designar fenômeno de outra natureza, correspondente ao pronunciamento que não contém o julgamento da *res*. Rerefero o processualista: “*A denominação ‘coisa julgada formal’ chega a ser contraditória; se a coisa – ‘res’ – está julgada e por isso se fala em ‘res iudicata’ (coisa julgada), é inadmissível empregar essa locução para designar fenômeno de outra natureza, correspondente ao pronunciamento que não contém o julgamento da ‘res’.*” ARAGÃO, Egas Dirceu. *Sentença e coisa julgada*. Rio de Janeiro: Aide, 1992, p. 219.

de preclusão temporal⁵⁵, pois ela está ocorrendo. Desse modo, as partes no mesmo processo não poderão discutir determinada situação, visto que o seu momento temporal e processual já passou. Neste caso, as partes terão em seu (des)favor a ocorrência da preclusão temporal⁵⁶, instituto distinto da *res iudicata* que é comprometida com a imutabilidade e, conseqüente indiscutibilidade do conteúdo da sentença.

Com efeito, a partir da construção do referido artigo, deve-se perceber que a coisa julgada é a imutabilidade e, conseqüentemente, indiscutibilidade da sentença⁵⁷ e não, como

⁵⁵ Nesse sentido, entendendo que coisa julgada só pode ser a substancial e não a formal, por ser mera preclusão, vem o STJ, 2ª Turma, REsp 648.923/SP, rel. Min. Humberto Gomes de Barros. EMENTA: "PROCESSUAL CIVIL – ALÍNEA "A" – AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTS. 121, 165 E 166 DO CTN – VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA MATERIAL – NÃO-OCORRÊNCIA – QUESTÃO DE NATUREZA PROCESSUAL – TRIBUTÁRIO – ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA – REPETIÇÃO DE INDÉBITO – ILEGITIMIDADE ATIVA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO. 1. A Corte a quo não analisou a matéria recursal à luz de alguns dos dispositivos legais apontados como violados, quais sejam, os artigos 121, 165 e 166 do CTN. Incide, neste ponto, o enunciado das Súmulas 282 e 356 do STF. Ressalte-se que não foram opostos os cabíveis embargos declaratórios a fim de suprir a omissão do julgado. 2. Quanto à alegada violação do artigos 467, 468, 471, caput, e 473, do CPC, o entendimento assente nesta Corte é o de que inexistente coisa julgada material se as questões decididas forem de natureza processual, como é o caso dos autos. 3. A Primeira Seção desta Corte pacificou a orientação de que o responsável tributário não é parte legítima para pleitear a restituição de adicional de imposto de renda em questão. Recurso especial conhecido em parte e improvido."

⁵⁶ "A mais usual das modalidades, a preclusão temporal, consiste na perda do direito de praticar determinado ato processual pelo decurso do prazo fixado para o seu exercício." RUBIN, Fernando. *A preclusão na dinâmica do processo civil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 101.

⁵⁷ "A imutabilidade reveste todo o conteúdo decisório, e não apenas o elemento declaratório. Se a sentença, por exemplo, é constitutiva, não se poderá contestar que a modificação se operou, muito embora possa cessar ou alterar-se a situação constituída pela sentença." MOREIRA, José Carlos Barbosa. Eficácia da sentença e autoridade da coisa julgada. *Ajuris*. Porto Alegre, n. 28, jul., 1983, p. 30. "A coisa julgada é efeito do trânsito em julgado da sentença de mérito, efeito consistente na imutabilidade (e, conseqüentemente, na indiscutibilidade) do conteúdo de uma sentença, não de seus efeitos. Posso renunciar a um direito declarado por sentença: assim agindo, afasto os efeitos da sentença, sem modificar o seu conteúdo. O que não se pode é renunciar à própria coisa julgada, o que teria por efeito a

informa o texto normativo, a eficácia. Esta é algo distinto, pois, na verdade é a aptidão para a produção de efeitos.

Lançadas essas bases, cabe, agora, observarem-se os limites objetivos da coisa julgada que são lançados pelo Art. 468 do Código de Processo Civil, por conseguinte, a sentença que julgar total ou parcialmente a lide tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas.

Destarte, os limites objetivos da *res iudicata* estão comprometidos com aquilo que receberá o manto protetor da coisa julgada. Neste particular, vislumbra-se qual o conteúdo, ou o quê, receberá a proteção da coisa julgada.⁵⁸ Aquilo que não estiver contido na causa de pedir e pedidos, levado ao conhecimento do julgador pelo mecanismo processual adequado, não receberá o manto da *res iudicata*, pois, aqui está a delimitação dos limites objetivos, que estão vinculados ao que fora objeto de exame judicial.⁵⁹

possibilidade de instauração de novo processo, a fim de ser outra vez julgada a res." TESHEINER, José Maria Rosa. *Eficácia da sentença e coisa julgada no processo civil*. São Paulo: RT, 2001, p. 72.

⁵⁸ "Os limites objetivos estão ligados às matérias que serão analisadas na sentença, o conteúdo que será parte da decisão emanada pelo Poder Judiciário, separando o que fará ou não parte da *res iudicata*." THAMAY, Rennan Faria Krüger. *A relativização da coisa julgada pelo supremo tribunal federal: o caso das ações declaratórias de (in)constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013, p. 52. CHIOVENDA, Giuseppe. *Principi di Diritto Processuale Civile*. Napoli: Casa Editrice E. Jovene, 1980, p. 918. *Verbis* "Ma oggetto del giudicato è la conclusione ultima dei ragionamenti del giudice". "Por limites objetivos se entiende la frontera que tiene el fallo judicial para no transponer su eficacia hacia otro proceso donde no existe identidad con lo pedido y la causa petendi, esto es, de la extensión de la cosa juzgada hacia situaciones fuera del proceso donde se dicta". GOZAÍNI, Osvaldo A. *Teoria general del derecho procesal: jurisdicción, acción y proceso*. Buenos Aires: Sociedad EDIAR, 1996, p. 265-266.

⁵⁹ Nesse sentido, STJ, 2º Turma, REsp 861.270/PR, rel. Min. Castro Meira. EMENTA: "284/STF. PRECLUSÃO PRO JUDICATO. EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA. 1. É impossível conhecer-se do recurso especial pela alegada violação ao artigo 535 do CPC nos casos em que a arguição é genérica, por incidir a Súmula 284/STF, assim redigida: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia". 2. Não pode prevalecer, em face do óbice da

No Brasil, em relação à coisa julgada, adotou-se a teoria restritiva dos limites objetivos da coisa julgada (diversamente do modelo alemão)⁶⁰, possibilitando que somente a parte dis-

preclusão pro judicato, a decisão do magistrado de primeira instância que tenha por fim retratar decisão interlocutória objeto de agravo de instrumento não conhecido pelo Tribunal ad quem. 3. O acórdão proferido pela instância de segundo grau, ao não conhecer do mérito do agravo de instrumento pela inobservância do disposto no art. 526 do CPC, trouxe como efeito a manutenção da decisão agravada, impedindo que fosse reaberto o prazo para retratação do juiz de piso. Solução em contrário, importaria em supressão de instância. 4. O art. 468 do Código de Processo Civil explicita que a sentença tem força de lei, ou seja, faz coisa julgada, nos limites da lide e das questões decididas, o que impede a propositura de ação idêntica, com as mesmas partes, causa de pedir e pedido. 5. Já o art. 474 do CPC dispõe sobre a impossibilidade de se rediscutir não apenas as questões que tenham sido explicitamente decididas no dispositivo, porquanto expressamente alegadas pelas partes, mas também aquelas que poderiam ser alegadas e não o foram. 6. Da interpretação desses dispositivos, extrai-se o óbice para a propositura de ação idêntica, rediscussão de pontos já decididos na sentença e alegação de fatos novos não aduzidos por desídia da parte. 7. Malgrado constar do dispositivo da sentença a determinação para que, após o trânsito em julgado, os depósitos fossem convertidos em renda da União, o reconhecimento da decadência com a conseqüente determinação de levantamento dos depósitos pela empresa recorrida não ofende a coisa julgada. 8. Em face da decadência ter-se operado no curso da lide, seria desarrazoado exigir que a parte suscitasse esse fato extintivo em momento anterior. Além disso, essa tese não foi discutida na ação de conhecimento, consubstanciando outra causa de pedir sujeita a nova coisa julgada. 9. Recurso especial conhecido em parte e improvido."

⁶⁰ Os limites objetivos da coisa julgada estão ligados, em uma concepção eclética (da escola brasileira e rioplatense de processo), não adotando com rigor a teoria de abrangência da proteção da coisa julgada os fundamentos da decisão (com arrimo em Savigny) e muito menos adotando integralmente a concepção de que somente faz coisa julgada a parte dispositiva da sentença (tese de Chiovenda). Muito embora o Brasil tenha optado por um modelo restritivo que concebe a coisa julgada somente em relação ao dispositivo da sentença Eduardo Couture sustentou que os fundamentos da decisão farão parte da coisa julgada, recebendo o manto de imutabilidade, quando: a) a parte dispositiva fizer expressa referência aos fundamentos; ou b) os fundamentos forem antecedentes lógicos à parte dispositiva, sendo deste inseparável como nos casos de questão prejudicial como alerta o autor. Estes fundamentos têm sido observados pela doutrina, como visto a partir de Couture, bem como pela jurisprudência nacional. COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos del derecho procesal civil*. 3. ed., Buenos Aires: Depalma, 1978, p. 431-432.

positiva da decisão receba a proteção da imutabilidade e, conseqüente, indiscutibilidade.

Por essa razão é que, seguindo a ordem do Art. 469, *ca-put*, I, II e III, do Código de Processo Civil, não fazem coisa julgada: a) os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença; b) a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença; c) a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentemente no processo.

Esta opção sistêmica feita pelo Brasil e, constantemente reafirmada pela jurisprudência⁶¹, deixa claro que o que importa

⁶¹ STJ, 1º Turma, REsp 795.724/SP, rel. Min. Luiz Fux. EMENTA: "*PROCESSO CIVIL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. EFICÁCIA DA COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA. SENTENÇA QUE, EM AÇÃO DECLARATÓRIA, RECONHECEU O DIREITO À CORREÇÃO MONETÁRIA DOS SALDOS CREDORES DO ICMS. EFICÁCIA PROSPECTIVA DA COISA JULGADA. 1. A decisão em ação declaratória que reconhece, em manifestação trânsita, o direito ao creditamento de correção monetária de determinado período inadmite execução em relação ao mesmo lapso, proposta subseqüentemente à coisa julgada, sob pena de violação da eficácia preclusiva da mesma, que se opera na forma do art. 474, do CPC. 2. A exceção de pré-executividade é servil à suscitação de questões que devam ser conhecidas de ofício pelo juiz, como a coisa julgada, que consubstancia condição genérica negativa para o legítimo exercício do direito de ação. 3. Conquanto seja de sabença que o que faz coisa julgada material é o dispositivo da sentença, faz-se mister ressaltar que o pedido e a causa de pedir, tal qual expressos na petição inicial e adotados na fundamentação do decisor, integram a res judicata, uma vez que atuam como delimitadores do conteúdo e da extensão da parte dispositiva da sentença. Dessa forma, enquanto perdurar a situação fático-jurídica descrita na causa de pedir, aquele comando normativo emanado na sentença, desde que esta transite em julgado, continuará sendo aplicado, protraindo-se no tempo, salvo a superveniência de outra norma em sentido diverso. 4. Na seara tributária, valioso e atual se mostra o escólio de Rubens Gomes de Souza, verbis: "(...) a solução exata estaria em distinguir, em cada caso julgado, entre as decisões que tenham pronunciado sobre os elementos permanentes e imutáveis da relação jurídica, como a constitucionalidade ou inconstitucionalidade do tributo, a sua incidência ou não-incidência na hipótese materialmente considerada, a existência ou inexistência de isenção legal ou contratual e o seu alcance, a vigência da lei tributária substantiva ou a sua revogação, etc. - e as que se tenham pronunciado sobre elementos temporários ou mutáveis da relação jurídica, como a avaliação de bens, as condições personalíssimas do contribuinte em seus reflexos tributários, e outras da mesma natureza; à coisa julgada das decisões do primeiro tipo há que se atribuir uma eficácia permanente; e às segundas, uma eficácia circumsrita ao caso específico em que foram proferidas."*

para a formação da coisa julgada é aquilo que compõe a parte dispositiva da sentença.

Contudo, assim como alerta o Art. 470 do Código de Processo Civil, faz coisa julgada a resolução da questão prejudicial, se a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.

Desse modo, muito embora, como se viu anteriormente, a regra é de que questão prejudicial não receba a proteção da coisa julgada; entretanto, havendo a propositura de ação declaratória incidental, descrita no Art. 325 do Código de Processo Civil, formar-se-á a coisa julgada⁶², caracterizando-se, desta forma, a exceção apresentada pelo sistema à regra do Art. 469, III. Do contrário, se as partes não suscitarem a declaração incidente, não se formará a *res iudicata*.

(Coisa Julgada, In Repertório enciclopédico do direito brasileiro, RJ, Ed. Borsoi, p. 298) 5. Conseqüentemente, a regra de que a sentença possui efeito vinculante somente em relação às situações já perfeitas, não alcançando àquelas decorrentes de fatos futuros, deverá ser relativizada quando se tratar de situações jurídicas permanentes, que não se alteram de um exercício para o outro, nem findam com o término da relação processual. Nesses casos, a sentença terá efeitos prospectivos em relação aos fatos geradores similares àqueles por ela apreciados, desde que ocorridos sob uma mesma situação jurídica. 6. In casu, a natureza permanente da situação jurídica que engendrou a decisão com trânsito em julgado, qual seja, a necessidade de preservação do valor dos créditos tributários da empresa contribuinte em face dos efeitos nefastos da inflação, pelos mesmos índices de correção monetária aplicados pelo Estado aos seus créditos fiscais, de forma a impedir-se a carga tributária indevida e o enriquecimento sem causa por parte do Estado. Conseqüentemente, em virtude da perduração do contexto jurídico em que proferida a sentença da ação declaratória, encontra-se albergado pela eficácia da coisa julgada o direito da recorrente à atualização monetária do saldo credor do ICMS. 7. Recurso especial provido."

⁶² Assim, STJ, 2º Turma, REsp 182.735/SP, rel. Min. Castro Filho. EMENTA: "PROCESSO CIVIL. COISA JULGADA. ARTIGO 469, I E III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. FIXAÇÃO DE VERBA HONORÁRIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. I - Os limites objetivos da coisa julgada não abrangem os motivos da decisão nem questões prejudiciais, salvo, quanto a estas, a propositura de ação declaratória incidental. II - Nas causas em que não há condenação, a fixação dos honorários se dá consoante apreciação equitativa do juiz. Recurso a que se nega provimento."

Outro aspecto imprescindível ao estudo, neste ensaio, é compreender qual a limitação temporal da coisa julgada⁶³. A *res iudicata* foi constituída para validade temporal, ou seja, não eternamente. Incongruente seria acreditar que uma decisão poderia valer para sempre, sabendo da mutabilidade das questões fático-sociais e do próprio ordenamento jurídico. Faz-se necessário compreenderem-se os limites temporais da coisa julgada, que fazem com que este instituto tenha aplicação temporal en-

⁶³ Em relação aos limites temporais da *res iudicata*, destaca-se Othmar Jauernig, professor da Universidade de Heidelberg (Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg) na Alemanha, foi um dos primeiros autores a trabalhar sobre a temática, assim como Remo Caponi (CAPONI, Remo. *L'efficacia del giudicato civile nel tempo*. Milano: Giuffrè, 1991), professor da Universidade de Florença (Università degli Studi di Firenze) na Itália. No Brasil José Maria Rosa Tesheiner (TESHEINER, José Maria. *Eficácia da sentença e coisa julgada no processo civil*. São Paulo: RT, 2001, p. 162-163) e Egas Dirceu Moniz de Aragão (ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. *Sentença e coisa julgada*. Rio de Janeiro: Aide, 1992, p. 199 e ss) já vinham se preocupando com a temática face a sua importância e acreditando na tripartição dos limites: objetivos, subjetivos e temporais. Igualmente importante observarem-se algumas das muitas contribuições de Sérgio Gilberto Porto, autor que, atualmente, tem se dedicado à temática em decorrência de sua importância. Aduz o autor que "a matéria referente aos limites atribuídos à coisa julgada tem sido tratada pela doutrina brasileira, preferencialmente, apenas sob o ponto de vista objetivo e subjetivo, vez que esta tem concentrado esforços na tentativa de identificar 'quem' está sujeito a autoridade da coisa julgada e 'o quê' na sentença, passada em julgado, torna-se imutável. Contudo, como sabido, os limites de incidência da autoridade da coisa julgada não se esgotam somente nestas medidas, eis que as relações jurídicas, embora normadas por decisão jurisdicional, também estão sujeitas a variação dos fatos no tempo, ou seja, a autoridade da coisa julgada não é capaz de imunizar a relação jurídica anteriormente jurisdicionada." PORTO, Sérgio Gilberto. *A coisa julgada civil*. 4. ed. rev. atual. e ampl. com notas do Projeto de Lei do Novo CPC. São Paulo: RT, 2011, p. 85. Para Sérgio Gilberto Porto a "ideia parte da premissa de que a relação jurídica é somente normada nos limites da situação substancial posta à apreciação, vez que pode, com o transcurso do tempo, sofrer alterações fáticas. Contudo, deve ser registrado que esta limitação ocorre apenas quando a relação jurídica controvertida for tipicamente continuativa, tais as antes citadas, ou seja, as alimentares e tributárias, dentre outras igualmente de periodicidade intrínseca. Com efeito, também as relações não marcadamente continuativas estão sujeitas as variações temporais, haja vista que toda a relação jurídica possui, com maior ou menor intensidade, a presença da cláusula *rebus sic stantibus*." PORTO, Sérgio Gilberto. *A coisa julgada civil*. 4. ed. rev. atual. e ampl. com notas do Projeto de Lei do Novo CPC. São Paulo: RT, 2011, p. 88.

quanto não se alterarem os fatos jurídicos, pois, ocorrendo isto, ter-se-á nova ação com causa de pedir e pedidos, não se podendo falar daquela coisa julgada formada, pois nova relação e demanda.

Assim, nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide, em regra, assim como determina o Art. 471, *caput* do Código de Processo Civil. Todavia, excepcionalmente assim como permite o Art. 471, I e II do mesmo Código, poderá ser novamente decidida demanda que se trate de: a) relação jurídica continuativa (as relações jurídicas continuativas são aquelas em que há trato sucessivo entre os envolvidos que necessariamente se estendem no tempo), na qual sobreveio modificação no estado de fato ou de direito; caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença; b) nos demais casos prescritos em lei.

Ademais, entender os limites subjetivos⁶⁴ da coisa jul-

⁶⁴ O limite subjetivo da coisa julgada está ligado aos sujeitos que poderão receber ou não a produção de efeito da *res iudicata*. De acordo com Giuseppe Chiovenda “*la cosa giudicata si produce fra Le parti*”. Vide CHIOVENDA, Giuseppe. *Princippi di Diritto Processuale Civile*. Napoli: Casa Editrice E. Jovene, 1980, p. 924. Assim, nos diz José Maria Rosa Tesheiner que “[...] entende-se por limite subjetivo da coisa julgada a determinação das pessoas sujeitas à imutabilidade e indiscutibilidade da sentença que, nos termos do art. 467 do CPC, caracterizam a eficácia de coisa julgada material”. TESHEINER, José Maria. *Eficácia da sentença e coisa julgada no processo civil*. São Paulo: RT, 2001, p. 81. Sua ponderação liga o limite subjetivo da coisa julgada – como havíamos referido anteriormente – às pessoas que podem ser atingidas por esta *res iudicata*. Este ponto é importante para que haja a percepção da limitação existente aos sujeitos que sofrerão algum efeito da coisa julgada e aos que não sofrerão estas consequências. CHIOVENDA, Jose. *Principios de derecho procesal civil*. Traducción de José Casáis y Santalo. Tomo I. Madrid: Editorial Reus, 1925, p. 429 e ss. Cândido Rangel Dinamarco entende que “[...] a imutabilidade dos efeitos da sentença vincula somente os sujeitos que figuram no processo e aos quais se dirigiu aquela”. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. 3 v. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 316-317. Sua posição se soma à de Enrico Tullio Liebman que também nesses moldes compreendia o limite subjetivo, tendo sido o autor italiano influente na formação acadêmica de Cândido Rangel Dinamarco. Ademais, como assevera Enrico Tullio Liebman o limite subjetivo da coisa julgada se presta também a um princípio de justiça, não podendo a coisa julgada atingir e prejudicar os direitos de pessoas que não tenham participado da lide, por não terem apresentados as suas

gada se faz necessário. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros. Nas causas relativas ao estado de pessoa⁶⁵, se houverem

razões e defesa sobre a questão em debate. Vide LIEBMAN, Enrico Tullio. *Corso de diritto processuale civile*. Milano: Dott.A Giuffrè, 1952, p. 242. Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, sobre o tema, entende que “[...] quanto aos limites subjetivos, a coisa julgada somente atinge as partes do processo (*res iudicata ius facit inter partes*)”. PONTES DE MIRANDA. Francisco Cavalcanti. *Comentários ao código de processo civil*. t. V. Rio de Janeiro: Forense, 1974, p. 122. Assim, deve-se pensar que o efeito é *inter partes*, por ser o limite da coisa julgada relativo às partes que compõem a lide. Por todos Giuseppe Chiovenda refere que “*La cosa giudicata come risultato della definizione del rapporto processuale è obbligatoria pei soggetti di questo rapporto*”. Nesse sentido CHIOVENDA, Giuseppe. *Principi di Diritto Processuale Civile*. Napoli: Casa Editrice E. Jovene, 1980, p. 922.

⁶⁵ Nas causas relativas ao estado de pessoa, importante destacar que, a eficácia da sentença atinge a todos, quais seja: as partes, terceiros interessados, e terceiros desinteressados. As partes é que são atingidas pela coisa julgada. Assim, STJ, 4º Turma, REsp 279.243/RS, rel. Min. Aldir Passarinho Júnior. EMENTA: “CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. ALEGAÇÃO DE COISA JULGADA. DESPACHO SANEADOR AGRAVADO DE INSTRUMENTO. DESPACHO DA RELATORA NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO. AGRAVO INOMINADO. ACÓRDÃO DA CÂMARA CÍVEL QUE DE LOGO APRECIA O MÉRITO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO E EXTINGUE A AÇÃO POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. OFENSA AO ART. 557, PARÁGRAFO 1º, NÃO PREQUESTIONADA. EXTINÇÃO DA AÇÃO POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. COISA JULGADA NA ANTERIOR AÇÃO DE ANULAÇÃO DE ASSENTO DE NASCIMENTO MOVIDA CONTRA O PAI REGISTRAL. AUSÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE À AÇÃO INVESTIGATÓRIA MOVIDA CONTRA OUTREM, QUE NÃO INTEGROU A DEMANDA DESCONSTITUTIVA. AÇÃO DE ESTADO DE PESSOA. INTERESSE PÚBLICO. CPC, ARTS. 267, VI E 472. CONDIÇÃO TEMPORAL PARA O EXERCÍCIO DA AÇÃO INVESTIGATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE IDADE MÍNIMA. PRAZO QUADRIENAL QUE, ALÉM DE NÃO MAIS PREVALECER, SE REFERIA AO LIMITE MÁXIMO, NÃO INIBINDO DEMANDA MOVIDA PELA REPRESENTANTE, EM NOME DO MENOR. CC ANTERIOR, ART. 362. ECA, ART. 27. EXEGESE. I. A ausência de prequestionamento da questão referente ao art. 557, parágrafo 1º, do CPC, impede a apreciação da tese alusiva à nulidade do acórdão, registrando-se que tal requisito se faz necessário ainda que a questão federal controvertida tenha surgido no próprio julgamento de 2ª instância. Precedentes do STJ. II. A coisa julgada ocorrida na anterior ação de anulação do assento de nascimento do menor-autor, de que fez parte, no pólo passivo, apenas o pai registral, não inibe o ulterior ajuizamento de ação de investigação de paternidade contra o suposto pai verdadeiro, ainda que tal venha a produzir efeito sobre o registro primitivo, em atenção à prevalência do interesse público na ação

sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros. Esta conotação dos limites subjetivos é advinda da determinação do Art. 472 do Código de Processo Civil.

Portanto, a coisa julgada só envolve as partes do litígio e seus sucessores, sendo a eles imposta a imutabilidade e a consequente indiscutibilidade do conteúdo decisório da sentença. No entanto, nasce a dúvida da figura dos terceiros. Aclare-se que estes não recebem a imutabilidade e a indiscutibilidade do conteúdo decisório da sentença, ou seja, a coisa julgada. Recebem, entretanto, sim, as eficácias da sentença, que não se confundem com a *res iudicata*.⁶⁶

Assim como informa o Código de Processo Civil, no Art. 473, é defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão⁶⁷.

de estado de pessoa e da busca da verdade real. Necessidade, todavia, da presença do pai registral também na lide investigatória, ab initio, na qualidade de litisconsorte passivo necessário. III. O prazo decadencial quadrienal previsto no art. 362 do Código Civil anterior, além de não mais prevalecer em face do ECA, art. 27, também então limitava apenas o tempo máximo para o exercício da ação, não inibindo o seu ajuizamento pela representante da menor para a defesa dos seus interesses. IV. Recurso especial conhecido em parte e parcialmente provido, afastada a impossibilidade jurídica do pedido, mas anulado o processo para a integração do pai registral desde o início, como litisconsorte passivo necessário."

⁶⁶ STJ, 3º Turma, RMS 21.443/SP, rel. Min. Humberto Gomes de Barros. EMENTA: "RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - SÚMULA 202/STJ - DETERMINAÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE CONTRA TERCEIROS - INEFICÁCIA - INALTERABILIDADE DA SENTENÇA - DEVIDO PROCESSO LEGAL, CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA - LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA. I- "A impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, não se condiciona a interposição de recurso." (Súmula 202/STJ) II- Fora das hipóteses do Art. 463 do CPC, o Juiz não pode alterar a sentença publicada para alcançar terceiros alheios a relação processual e estendê-la a fato que lhe foi posterior. III- Ninguém pode ser privado de seus bens sem o devido processo legal, que lhe garanta contraditório e ampla defesa (CF - Art. 5º, LIV e LV). IV- As decisões judiciais não atingem terceiros alheios à relação processual (CPC - Art. 472)."

⁶⁷ A título de curiosidade Michele Taruffo relata, no sistema italiano, a substancial eliminação das preclusões realizada em 1950 em decorrência da pressão dos advogados. TARUFFO, Michele. *La giustizia civile in Italia dal '700 a oggi*.

Ademais, importante salientar que passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido, assim como determina o Art. 474 do Código de Processo Civil. Nesse caso, se está frente à eficácia preclusiva da coisa julgada, que se caracteriza por verdadeira proteção que o sistema lançou sobre a *res iudicata*.⁶⁸

Bologna: Mulino, 1980, p. 299. Esse movimento não é surpreendente para o processo civil do século XIX que acabou se desenvolvendo a partir da ausência total das preclusões, em nome da liberdade absoluta reservada às partes. TARUFFO, Michele. *La giustizia civile in Italia dal '700 a oggi*. Bologna: Mulino, 1980, p. 115.

⁶⁸ STJ, 1ª Turma, REsp 763.231/PR, rel. Min. Luiz Fux. EMENTA: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO DO ART. 522, DO CPC. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE OBSTOU O LEVANTAMENTO DO DEPÓSITO JUDICIAL EFETUADO NO ÂMBITO DE MANDADO DE SEGURANÇA COM DECISÃO TRÂNSITA EM JULGADO. RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA À COISA JULGADA E JULGAMENTO EXTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. 1. A coisa julgada é tutelada pelo ordenamento jurídico não só pelo impedimento à repropositura de ação idêntica após o trânsito em julgado da decisão, mas também por força da denominada eficácia preclusiva do julgado. 2. O primeiro aspecto acerca do artigo 468, do CPC ("a coisa julgada tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas"), assenta-se em clássica sede doutrinária que: "Já o problema dos limites objetivos da *res iudicata* foi enfrentado alhures, em termos peremptórios enfáticos e até redundantes, talvez inspirados na preocupação de preexcluir quaisquer mal-entendidos. Assim, é que o art. 468, reproduz, sem as deformações do art. 287, caput, a fórmula carneluttiana: "A sentença, que julgar total ou parcialmente a lide, tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas". (José Barbosa Moreira, in *Limites Objetivos da Coisa Julgada no Novo Código de Processo Civil*, Temas de Direito Processual, Saraiva, 1977, p. 91). 3. O segundo, inerente à eficácia preclusiva, admite dizer-se que a coisa julgada atinge o pedido e a sua causa de pedir. Destarte, a eficácia preclusiva da coisa julgada (artigo 474, do CPC) impede que se infirme o resultado a que se chegou em processo anterior com decisão trânsita, ainda que a ação repetida seja outra, mas que, por via oblíqua, desrespeita o julgado anterior (Precedentes desta relatoria: REsp 714792/RS, Primeira Turma, DJ de 01.06.2006; EDcl no AgRg no MS 8483/DF, Primeira Seção, DJ de 01.08.2005; REsp 671182/RJ, Primeira Turma, DJ de 02.05.2005; e REsp 579724/MG, Primeira Turma, DJ de 28.02.2005). 4. Pedido de levantamento, formulado pelos impetrantes, dos depósitos efetuados no âmbito de ação mandamental, em virtude do trânsito em julgado do acórdão proferido pela Primeira Turma do STJ, segundo o qual: (a) "o imposto de renda não incide sobre o valor recebido pelo beneficiário de entidade de previdência privada em liquidação, posto não configurar o mesmo acréscimo patrimonial, exceto quanto aos valores relativos às contribuições efetuadas a partir da vigência da Lei

Por fim, deve-se dizer que as alegações e defesas dedutíveis não recebem a proteção da coisa julgada, em relação ao seu limite objetivo, pois, podem ser livremente debatidas em outro processo.⁶⁹

Dessa forma, foi tratada a coisa julgada pelo Código de Processo Civil de 1973, sob forte influência do pensamento de

9.250/95"; e (b) revela-se ausente o interesse em recorrer dos impetrantes contra decisum prolatado pelo Tribunal a quo, que preconizou entendimento sustentado pelos mesmos, qual seja, a incidência de "imposto de renda no resgate das contribuições para plano de previdência privada descontadas a partir de 1º de janeiro de 1996, conforme dispõe o artigo 33, da Lei 9.250/95, excluídos os valores pagos no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995, eis que já tributados na fonte, conforme dispõe o art. 6º, da Medida Provisória nº 1.943-52, de 26-07-2000". 5. Decisão interlocutória, agravada de instrumento, que obistou o imediato levantamento dos depósitos, até que sejam feitos os cálculos dos valores que devem ser levantados nos termos da aludida decisão definitiva, "ou seja, considerando que só não deve incidir IR sobre os valores resgatados correspondentes à parcela das contribuições que os impetrantes recolheram após 1º de janeiro de 1989", tendo como marco final a data da liquidação da entidade de previdência privada (PARSE), que se deu em 1991. 6. Acórdão recorrido que, nos autos do agravo de instrumento que suscitara ofensa à coisa julgada e vício extra petita, assentou o acerto da decisão agravada, ressaltando que "a isenção da Lei nº 7.713/88 abrange somente as contribuições pagas exclusivamente pelo participante, no período de 1989 a 1995, que devem ser excluídas da incidência do imposto de renda, quando do rateio do patrimônio da entidade". 7. Deveras, a Medida Provisória 1.943-52/1996, reeditada sob o nº 2.159-70, fundamento legal do acórdão regional confirmado pelo decisum transitado em julgado, determinou a exclusão da base de cálculo do imposto de renda do "valor do resgate de contribuições de previdência privada, cujo ônus tenha sido da pessoa física, recebido por ocasião de seu desligamento do plano de benefícios da entidade, que corresponder às parcelas de contribuições efetuadas no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995", razão pela qual se infere o respeito à coisa julgada pelas decisões impugnadas nos presentes autos de agravo de instrumento. 8. Recurso especial desprovido."

⁶⁹ STJ, 1º Turma, REsp 763.231/PR, rel. Min. Luiz Fux. EMENTA: "COISA JULGADA - LIMITES OBJETIVOS. A IMUTABILIDADE PROPRIA DE COISA JULGADA ALCANÇA O PEDIDO COM A RESPECTIVA CAUSA DE PEDIR. NÃO, ESTA ULTIMA ISOLADAMENTE, PENA DE VIOLAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 469, I DO C.P.C.. A NORMA DO ART. 474 DO C.P.C. FAZ COM QUE SE CONSIDEREM REPELIDAS TAMBEM AS ALEGAÇÕES QUE PODERIAM SER DEDUZIDAS E NÃO O FORAM, O QUE NÃO SIGNIFICA HAJA IMPEDIMENTO A SEU REEXAME EM OUTRO PROCESSO, DIVERSA A LIDE."

Enrico Tullio Liebman, muito embora a doutrina nacional tenha construído novas formas de compreender a *res iudicata*, que, sabidamente, é a matriz de segurança jurídica do sistema jurídico.

Com efeito, resta agora, obviamente, examinar como foi tratado o instituto pelo Novo Código de Processo Civil que está às portas da entrada em vigor.

4. A COISA JULGADA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

O novo Código de Processo Civil vem demarcado pela manutenção de muitos instrumentos e algumas novidades pontuais que poderão ter o condão de, realmente, tornar o processo mais célere, eficiente e até de duração razoável. Mas, quanto a isto, somente o tempo poderá dizer. Sobre o tema da coisa julgada, há tempos debatido, questionado e problematizado, o novo Código pouco muda em alguns aspectos já definidos anteriormente pela doutrina com base nas construções de Enrico Tullio Liebman.

Assim como determina o art. 502 do NCPC, denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

Aqui, como se pode ver, atribui-se à coisa julgada a qualidade de autoridade, assim como defendido por Enrico Tullio Liebman. Esta autoridade, que se traduz em verdadeira força, tem a qualidade de tornar imutável e, consequentemente, indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

Com esta definição normativa da coisa julgada mantém-se no sistema pátrio a já conhecida divisão da *res iudicata* em material e formal, pois se emprega, no texto normativo, a expressão “*não mais sujeita a recurso*”.

Discorda-se desta orientação, como já afirmado, pois coisa julgada como imutabilidade e a consequente indiscutibi-

lidade é somente a substancial, ou seja, a material, já que aquilo que se chama de coisa julgada formal não passa de preclusão máxima que estabiliza as decisões com base no trânsito em julgado.⁷⁰

Outro ponto que resolve definir o NCPC é o de que a coisa julgada, como autoridade, só atinja a decisão de mérito; o que já se vislumbrava na antiga sistemática, muito embora se falasse em “*sentença*”.

Portanto, conceitua-se a coisa julgada com estas qualidades e definições. Resta recordar, como já visto, que a doutrina não acolhe em sua integralidade a teoria de Enrico Tullio Liebman, muito embora, em grande parte, dela decorra.

Mais, como já estudadas estas teorias e vislumbrando o objetivo deste texto que é o de analisar a coisa julgada no NCPC, limitar-se-á o estudo a compreender o que a projetada nova norma quer dizer com seu texto.

De outro lado, diversamente das mínimas renovações conceituais do instituto, assim como se viu do art. 502, percebe-se que no art. 503 a renovação foi mínima, mantendo-se claramente a ideologia do art. 468 do antigo Código. Segundo o novo dispositivo (art. 503), a decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.

Pontualmente, a mudança deste texto veio ligada a duas relevantes palavras, substituindo a anterior “*sentença*” por “*decisão*” e também alterando a noção de “*lide*” por “*mérito*”.

Muita coisa muda, pois se pode, com base no novo texto, falar em coisa julgada não somente das sentenças, mas também, como já se defendia, das decisões de mérito de natureza distinta. Nasce aqui a possibilidade de falar-se em coisa julgada de decisões interlocutórias.

⁷⁰ Nesse sentido, conferir a tese de doutorado defendida na PUCRS. Thamay, Renan Faria Krüger. *A inexistência de coisa julgada (clássica) no controle de constitucionalidade abstrato*. Porto Alegre, 2014, p. 132.

Ademais, relevante destacar que o art. 503 demarca os limites objetivos da *res iudicata*, determinando que o conteúdo da decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.

Os limites objetivos da coisa julgada estarão determinados pela sentença em sua parte dispositiva, definido que a questão passará a receber a imutabilidade e, consequente, indiscutibilidade.

Diferentemente do que foi adotado no Código de 1973, o NCPC amplia os limites objetivos da coisa julgada para fazer com que as questões prejudiciais (aquelas que incidentalmente venham a ser decididas e possam trazer prejuízo à matéria principal sob judge) estejam protegidas pelo véu da imutabilidade, assim como determina o art. 503, § 1º.

Nesse contexto, o novo Código de Processo Civil optou por flexibilizar o princípio da inércia da jurisdição, que encampa todo o processo civil vigente (art. 2º do CPC) e encontra guarida no NCPC (art. 2º), uma vez que determinada questão que diga respeito à existência ou inexistência da relação jurídica entre as partes recairá sob o manto da coisa julgada, independentemente da vontade das partes, o que poderia afrontar, até mesmo, o princípio dispositivo⁷¹.

Barbosa Moreira⁷², antes mesmo da entrada em vigor

⁷¹ “O principal argumento empregado pela doutrina brasileira, quando da discussão acerca do art. 287 do CPC de 1939, para afastar a extensão da coisa julgada sobre as questões prejudiciais baseava-se no respeito ao princípio dispositivo.” GIDI, Antônio. TESHEINER, José Maria Rosa. PRATES, Marília Zanella. *Limites Objetivos Da Coisa Julgada No Projeto De Código De Processo Civil Reflexões Inspiradas Na Experiência Norte-Americana*. Revista de Processo 194/99 de Abril/2011, Ed. Revista dos Tribunais.

⁷² “Não poucas vezes, seria de todo em todo inconveniente para as partes a extensão do julgamento, a seu malgrado, a relações ou situações jurídicas que, estranhas ao âmbito do pedido, sejam todavia condicionantes da pretensão deduzida. Quem pede um pronunciamento sobre a relação condicionada sem sempre tem interesse em ver transpostos os limites em que, de caso pensado, confinou o *thema decidendum*, sem que, por outro lado, se possa contrapor ao da parte qualquer interesse público dotado de força bastante para tornar necessária a produção do efeito que ela quis evitar. A

do CPC/73, já trazia elementos de ordem prática capazes de sustentar a impossibilidade de a coisa julgada recair, sem pedido expresso das partes, sobre a questão prejudicial, na medida em que as partes podem estar despreparadas para enfrentar uma discussão exaustiva acerca das questões prejudiciais, o que poderia, em alguns casos, desestimular o ajuizamento da demanda pela parte, com receio de serem vinculadas a questões meramente incidentais aos seus interesses atuais⁷³.

Fará coisa julgada a resolução de questão prejudicial⁷⁴, decidida expressa e incidentalmente no processo, se: a) dessa resolução depender o julgamento do mérito (inciso I); b) a seu respeito tiver havido contraditório prévio e efetivo, não se aplicando no caso de revelia (inciso II); e, por fim, c) o juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal (inciso III).

Ainda assim, como visto, modificando a estrutura anterior do Código de Processo Civil de 1973, o Novo Código de Processo Civil, no art. 503, § 2º, determina que nas hipóteses do § 1º (questões prejudiciais que recebem o manto da coisa julgada), do mesmo artigo, não se aplica se no processo que houver restrições probatórias ou limitações à cognição que impeçam o aprofundamento da análise da questão prejudicial,

parte pode estar despreparada para enfrentar uma discussão exaustiva da questão subordinante, v. g., por não lhe ter sido possível, ainda, coligir tôdas as provas que, potencialmente, a favoreceriam, e no entanto, achar-se na contingência, por êste ou aquêle motivo, de ajuizar desde logo a controvérsia subordinada, em relação à qual já dispõe dos elementos indispensáveis (...)" MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Questões prejudiciais e Coisa Julgada*. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado da Guanabara, vol. 16. Rio de Janeiro, 1967, p. 227.

⁷³ Thereza Alvim sempre discordou desse argumento, uma vez que, para ela, "o debate das questões, em si, também não apresenta muita relevância: o que importa é que a parte contrária tenha tido oportunidade de se defender, obedecendo-se ao princípio do contraditório. Lembremos que, mesmo havendo revelia, poderá existir coisa julgada material." ALVIM, Thereza. *Questões prévias e os limites objetivos da coisa julgada*. São Paulo: RT, 1977, p. 48.

⁷⁴ Neste contexto, refira-se que se supera o que previa o art. 470 do Código de Processo Civil de 1973.

evitando, neste caso, a formação da coisa julgada, já que os elementos necessários para uma decisão coerente não estão presentes.

Assim, razoável o que faz o Novo Código, buscando evitar prejuízos ao jurisdicionado.

Contrariamente, não fazem coisa julgada (art. 504 do NCPC): a) os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença (inciso I); e b) a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença (inciso II).

Nesse peculiar não houve inovação, com exceção da já trabalhada possibilidade de a questão prejudicial fazer coisa julgada, pois se mantém aquilo que antes vinha previsto no art. 469, I e II do Código de 1973.

Portanto, para evitar tautologia sobre a opção sistêmica, optou-se no Brasil por excluírem-se da proteção da *res iudicata* os motivos determinantes (diferentemente do sistema alemão⁷⁵ que inclui a fundamentação como objeto de proteção da coisa julgada) para a sentença, bem como a verdade dos fatos por mais relevantes que sejam para a conclusão sentencial.

Em plena simetria com o que foi determinado no Código de Processo Civil de 1973, vem o Novo Código de Processo Civil, dispondo no art. 505 que em relação aos limites temporais da coisa julgada, nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide.

Esta regra (art. 505) comporta ressalvas nos casos de: a) relação jurídica de trato continuado, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito; caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença (inciso I); e b) nos demais casos prescritos em lei (inciso II).

Assim, segue-se neste ponto basicamente aquilo que o

⁷⁵ COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos del Derecho Procesal Civil*. 3. ed. Buenos Aires: Depalma, 1978. p. 431-432.

anterior Código de Processo Civil já previa no art. 471, I e II, deve-se observar o que se escreveu no tópico do Código de 1973 para evitar ser repetitivo.

Quanto aos limites subjetivos, em nada inova o NCPC, pois determina no art. 506 que a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros, seguindo a linha definida já pelo art. 472 do Código de Processo Civil de 1973.

Todavia, este limite subjetivo da *res iudicata* não mais se estende às causas relativas ao estado de pessoa; se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros, assim como fazia a parte final do art. 472 do Código de Processo Civil de 1973.

Assim, a imutabilidade e a consequente indiscutibilidade atingem às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.

Com efeito, seguindo as diretrizes do art. 507 do Novo Código de Processo Civil, é vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão, seguindo identicamente aquilo que já previa o art. 473 do Código de Processo Civil de 1973. Nesse caso, se está frente à eficácia preclusiva da coisa julgada.

Por fim, sem grande inovação, mas, sim, manutenção do sistema anterior, o art. 508 do Novo Código de Processo Civil determina que, transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido.

Esta disposição vem a ser praticamente a mesma disposta no art. 474 do Código de Processo Civil de 1973, mudando-se somente a noção de “*passada em julgado a sentença de mérito*” para “*transitada em julgado a decisão de mérito*”.

Isto se dá em decorrência da adoção clara do Novo Có-

digo de Processo Civil pela noção de que recebem o manto da coisa julgada as decisões de mérito, mudando-se a concepção restritiva de antes por mais ampla no novo Código.

Assim, afirma-se que, pela nova sistemática, transitada em julgada a decisão de mérito, formar-se-á a coisa julgada que para este Código é a autoridade que torna imutável e, consequentemente, indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando a coisa julgada do clássico ao contemporâneo, pode-se concluir que muito se tem produzido, bem como teorias diversas têm-se confrontado, mantendo o tema vívido e muito atrativo até em dias hodiernos.

No sistema do Novo Código de Processo Civil, pouca inovação se pôde perceber sobre o instituto, com ressalva da possibilidade de receber o manto da coisa julgada em relação às prejudiciais, que não mais serão manejadas por Ação Declaratória Incidental, podendo-se, assim, lançar-se sobre as questões prejudiciais a *res iudicata*.

Com isso, visualiza-se nítida ampliação dos limites objetivos da coisa julgada.

Também se aclara que a coisa julgada, com arrimo em Enrico Tullio Liebman, é a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito vinculada ao dispositivo da decisão.

No mais, como visto, os limites objetivos e temporais seguem a mesma noção do Código de 1973.

Destarte, sem maiores novidades, a coisa julgada vem assim trabalhada no projetado futuro Código de Processo Civil.



6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÃO, Egas Dirceu. *Sentença e coisa julgada*. Rio de Janeiro: Aide, 1992.
- BARBI, Celso Agrícola. Da preclusão no processo civil. *Revista dos tribunais*. São Paulo: RT, n.158.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BERIZONCE, Roberto Omar. *Aportes para una justicia más transparente*. Roberto Omar Berizonce Coordinador, ... [et. al.]. La Plata: LEP, 2009.
- BERNAL. Francisco Chamorro. *La tutela judicial efectiva*. Barcelona: Bosch, NA.
- BOMFIM JÚNIOR, Carlos Henrique de Moraes. [et al.] *O ciclo teórico da coisa julgada: de Chiovenda a Fazzalari*. Coord. Rosemiro Pereira Leal. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
- CABRAL, Antonio do Passo. *Coisa julgada e preclusões dinâmicas: entre continuidade, mudança e transição de posições processuais estáveis*. Salvador: Editora Juspodivm, 2013.
- CARNELUTTI, Francesco. *Estudios de derecho procesal*. Tradução de Santiago Sentis Melendo. Vol. II, Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América, 1952.
- _____. *Sistema de direito processual civil*. v. I, São Paulo: Editora ClassicBook, 2000.
- CHEVALLIER, Jacques. *O Estado pós-moderno*. Tradução de Marçal Justen Filho, Belo Horizonte: Forum, 2009.

- CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil: os conceitos fundamentais – a doutrina das ações*. v.1. São Paulo: Saraiva, 1965.
- _____. *Instituições de direito processual civil*. 2. ed., v. I, São Paulo: Bookseller, 2002.
- _____. *Princippi di Diritto Processuale Civile*. Napoli: Casa Editrice E. Jovene, 1980.
- COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos do direito processual civil*. Tradução de Benedicto Giacobini. Campinas: RED Livros, 1999.
- DONOT, F. *L'autorité de la chose jugée en matière d'état des personnes*. Coulommiers: Imprimerie Dessaint Et Cie, 1914.
- FERRAJOLI, Luigi. *A soberania no mundo moderno*. Tradução de Carlos Coccioli, Márcio Lauria. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GARCÍA-PELAYO, Manuel. *As transformações do estado contemporâneo*. Tradução de Agassiz Almeida Filho, Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- GOZAÍNI, Osvaldo A. *La conducta en el proceso*. La Plata: LEP, 1988.
- _____. *Teoria general del derecho procesal: jurisdicción, acción y proceso*. Buenos Aires: Sociedad EDIAR, 1996.
- GRECO FILHO, Vicente. *Direito processual civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1981.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HELLWIG, Konrad. *Wesen und subjektive begrenzung der rechtskraft*. Leipzig: A. Deichert, 1901.
- JAYME, Erik. *Cours général de droit intenacional prive*, In recueil des cours, Académie de droit intenacional, t, 251, 1997.
- KAUFMANN, Arthur. *La filosofia del derecho em la posmo-*

- dernidad*. Traducción de Luis Villar Borda. Santa Fe de Bogotá: Editorial Temis S.A, 1992.
- KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença*. Tradução de Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. Rio de Janeiro: Forense, 1945.
- _____. *Eficácia e autoridade da sentença*. Tradução de Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: Olympio Editora, 1986.
- MENDEZ, Francisco Ramos. *Derecho y proceso*. Barcelona: Libreria Bosch, 1979.
- MERRYMAN, John Henry. *La tradición jurídica romano-canónica*. Traducción de Eduardo L. Suárez. Ciudad de México: Fondo de cultura económica, 1997.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Eficácia da sentença e autoridade da coisa julgada*. RePro 34.
- _____. *Questões prejudiciais e coisa julgada*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1967.
- _____. Coisa julgada e declaração. *Temas de direito processual*. 1º série. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 1988.
- _____. Eficácia da sentença e autoridade da autoridade da coisa julgada. *Revista de processo*, ano IX, n. 34 abr-jun, 1984, 273-279.
- _____. Ainda e sempre a coisa julgada. *Revista dos Tribunais*, v. 59, n. 146, p. 9-15. São Paulo, jun. 1970.
- _____. Eficácia da sentença e autoridade da coisa julgada. *Ajuris*. Porto Alegre, n. 28, jul., 1983.
- NEIVA FENOLL, Jordi. *La cosa juzgada: el fin de un mito*. Problemas actuales del proceso iberoamericano. Mála-

- ga: Centro de Ediciones de la Diputación Provincial, 2006.
- NEVES, Celso. *Contribuição ao estudo da coisa julgada civil*. São Paulo: RT, 1970.
- PAGENSTECHE, Max. *Zur Lehre von der materiellen Rechtskraft*. Berlin: Franz Vahlen, 1905.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao código de processo civil*. t. V. Rio de Janeiro: Forense, 1974.
- PORTO, Sérgio Gilberto. *A coisa julgada civil*. 4. ed. rev. atual. e ampl. com notas do Projeto de Lei do Novo CPC. São Paulo: RT, 2011.
- POTHIER, Robert Joseph. *Traité des obligations, selon les règles, tant du for de la conscience, que du for extérieur*. t. II, Paris: Letellier, 1813.
- REZENDE FILHO, Gabriel Jose Rodrigues de. *Curso de direito processual civil*. v. 3. São Paulo: Saraiva, 1951.
- RIBEIRO, Darci Guimarães. *Da tutela jurisdicional às formas de tutela*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.
- RIBEIRO, Darci Guimarães. *La pretensión procesal y La tutela judicial efectiva*. Barcelona: J.M.Bosch editor, 2004.
- ROCCO, Ugo. *L'autorità della cosa giudicata e i suoi limiti soggettivi*. Tomo I. Roma: Athaeneum, 1917.
- . *Trattato di diritto processuale civile*. v. II. Torino: Utet, 1957.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, Moacir Amaral. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
- SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras linhas de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva, 1989-1992.
- SAVIGNY, Friedrich Carl von Savigny. *System des heutigen römischen rechts*. v. V, Berlin: Veit & Comp, 1840.

- SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Comentários ao código de processo civil*. v. 1, São Paulo: RT, 2000.
- _____. *Curso de processo civil (processo de conhecimento)*. 3. ed., Porto Alegre: Fabris, 1996.
- _____. *Curso de processo civil*. V. I. 5. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- _____. *Curso de processo civil*. V. I. 7. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- _____. *Epistemologia das ciências culturais*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2009.
- _____. *Sentença e coisa julgada*. 3. ed., Porto Alegre: Fabris, 1995.
- STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito*. 5. ed., rev. atual., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- TESHEINER, José Maria Rosa. *Elementos para uma teoria geral do processo*. São Paulo: Saraiva, 1993.
- VATTIMO, Gianni. *O Fim da Modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*, Lisboa: Editorial Presença, 1987.